

A Plataforma Água Sustentável (PAS), é um movimento criado na sequência da iniciativa dum conjunto de cidadãos e entidades¹ por um Algarve Sustentável, em novembro de 2020, para a defesa de medidas eficazes e sustentáveis de combate à escassez estrutural de água na região. A PAS compreende na sua missão garantir que a água na região é distribuída igualmente por todas as partes interessadas, cumprindo-se, entre outros, o direito universal de acesso à água potável. O Algarve é, há vários anos, uma região que está em condição de pré desertificação e é fulcral que a gestão dos recursos hídricos seja realizada de forma eficaz, ciente de todos os usos, atuais e futuros, onde todas as gotas contam. O crescimento económico apontado para a região inclui um crescimento principalmente dos sectores do turismo, da população residente e da agricultura. A agricultura de regadio constitui uma forte ameaça à sustentabilidade dos usos da água. Especificamente, no que concerne a este projeto em avaliação, de monocultura de regadio de espécies alóctones tropicais, pode-se incluí-lo no conjunto dessas ameaças severas, desregradas, desmedidas, que não consideram as diretrizes internacionais e europeias no que diz respeito a desenvolvimento sustentável, violando premissas básicas associadas à promoção do equilíbrio ecológico e vitalidade dos ecossistemas.

Iniciamos aqui pois a análise das incongruências, insuficiências e incorreções do EIA apresentado pela empresa promotora, Frutineves, Lda. não querendo com isso admitir sequer a pertinência do projeto já que se trata de um erro do ponto de vista da gestão do território e da gestão dos recursos hídricos, em particular.

1. Disponibilidades Hídricas

A estimativa da precipitação é feita por excesso o que afeta todos os pressupostos no estudo. No 10.1.2.1 “Precipitação” do EIA indica-se que “para a apreciação da precipitação na área de estudo utilizaram-se os registos desta variável referentes à estação climatológica de Lagos, com o código 31E/01UC.” Referem-se aos dados disponíveis no SNIRH (Sistema Nacional Informação de Recursos Hídricos), deduzimos, sendo que esta estação não apresenta dados de pluviosidade desde finais de 2008 (apenas alguns meses em 2016) tal como é apresentado na tabela anexa. O estudo considera o valor médio que se encontra no SNIRH e não faz qualquer observação a este facto sendo que é conhecido que os valores da pluviosidade têm sido significativamente decrescentes nos últimos anos.

Tabela 1 – Estatística do parâmetro Precipitação anual (mm) de 01/01/1902 a 22/04/2020

Estatística do parâmetro Precipitação anual (mm) de 01/01/1902 a 22/04/2020.												
Estação	Código	N.º Valores	MÍNIMO	PERCENTIL 25%	MÉDIA	MEDIANA	PERCENTIL 75%	MÁXIMO	SOMA	DESVIO PADRÃO	Coef. VARIAÇÃO	ASSIMETRIA
LAGOS	31E/01UC	97	164,4	400,6	527,3	534,5	615,6	1035,9	51151,6	170,9	0,3	0,4

¹ A Rocha Portugal, Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, CIVIS – Associação para o Aprofundamento da Cidadania, Faro 1540 – Associação de Defesa e Promoção do Património Ambiental e Cultural de Faro, Glocal Faro, Quercus – Núcleo Regional do Algarve e a Regenerarte – Associação de Proteção e Regeneração dos Ecossistemas.

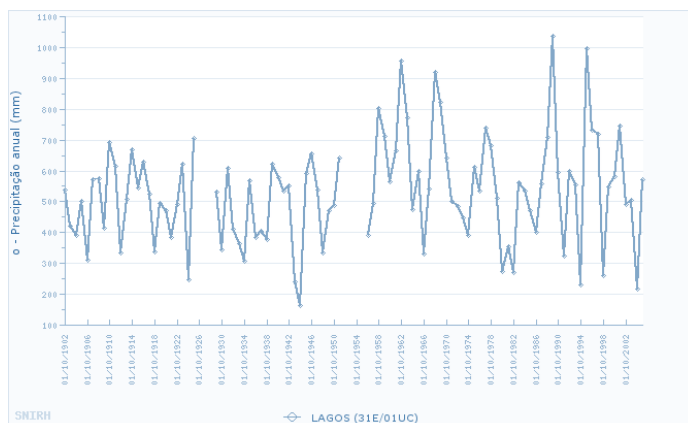


Figura 1 – Valores da precipitação média anual registados na estação meteorológica de Lagos até 2002

A clara insuficiência de dados para avaliação do descritor Recursos Hídricos no EIA faz com que seja requerido um Plano Hídrico a aditar ao estudo e que foi apresentado pelo promotor em agosto de 2020. De novo, é requerido ao promotor que retifique o Plano Hídrico cuja adenda é então apresentada em outubro de 2020, justificando: “nesta adenda ao Plano Hídrico do projeto agrícola de produção da Frutineves Lda. é apresentada a estimativa das necessidades de água para rega e a avaliação do balanço entre necessidades e disponibilidades para diferentes cenários climáticos considerando os coeficientes culturais do abacateiro definidos por Rosa (2019).” **Deste último infere-se que os dados médios de precipitação utilizados sejam os da mesma série** o que, certamente, estará a enviesar os resultados. No próprio estudo são reconhecidos os efeitos das alterações climáticas nas disponibilidades hídricas, mas esse dado não é vertido nos cálculos nem em cenários ou feita qualquer análise de risco. Por exemplo, pode observar-se que os dados da figura 1 mostram elevadas assimetrias na precipitação ao longo dos anos.

Lê-se no EIA, pag. 83, “O sistema aquífero Almádena-Odiáxere apresenta uma significativa capacidade de armazenamento, com um elevado poder regulador (Almeida et al, 2000)... Contudo, as pressões existentes na região em termos de consumo de água e de ocupação do solo poderão **contribuir negativamente** para o **desequilíbrio do seu balanço hídrico a médio e longo prazo**. Do fato de se tratar de um aquífero costeiro acresce ainda um **risco de intrusão salina** quer devido ao desequilíbrio da interface água doce-água salgada em resultado das flutuações de piezometria como devido ao aumento do nível médio das águas do mar.”

A empresa conta com o abastecimento de água a partir de dois furos existentes dentro da propriedade, com os títulos de utilização dos recursos hídricos nºs A017348.2018.RH8 e A017364.2018.RH8 cujo volume total anual é de 558070 m³ (558.07 dam³).

TURH	Tipo	Coordenadas		Cota terreno	Prof. (m)	Volume máximo anual (m3)	Finalidade
		longitude	latitude				
A017348.2018.RH8	Furo	-8,738534	37,119680	66,5	100	279035	Rega
A017364.2018.RH8	Furo	-8,739042	37,117300	61,5	100	279035	Rega

Este limite imposto pela APA- ARH- Algarve na licença deverá estar relacionado com o facto de a entidade promover a gestão e proteção das águas subterrâneas tal como considerado na Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água (cf. Jornal Oficial L 327/1 de 22.12.2000; adiante DQA). Esta Directiva-Quadro salienta que as medidas previstas no plano de gestão das regiões hidrográficas têm por objetivo, no que refere às águas subterrâneas: “proteger, melhorar e restaurar as águas subterrâneas, prevenir a sua poluição e deterioração e assegurar um equilíbrio entre a sua captação e renovação”. À PAS foi informado pela própria entidade que aquela não permite que a exploração anual de um aquífero ultrapasse os 90% da recarga anual média estimada. No entanto **não são apresentados quaisquer dados no EIA que ilustrem cabalmente a ameaça da depleção do recurso face a estas diretrizes**. A verificar-se a sobre exploração, como se deduzirá mais adiante, poderá estar a falar-se do desaparecimento da reserva no âmbito da licença do projeto de 50 anos o que viola os princípios da DQA. É indicado no EIA que será dado cumprimento às condições da licença mas não são conhecidas quais essas condições que incluirão, certamente, o limite máximo mensal de captação, entre outros.

2. Necessidades de Água para Rega

Quando é apresentado o Plano Hídrico, requerido para complementar o parco e obtuso EIA neste domínio, o promotor baseia os seus cálculos em bibliografia recomendada pela DRAP-Algarve, “REGA DAS CULTURAS / USO EFICIENTE DA ÁGUA” de Armindo Rosa, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, 2019 que pode ser consultado no seguinte link:

[https://www.drapalg.min-agricultura.pt/images/destaques/Livro WEB Rega Culturas.pdf](https://www.drapalg.min-agricultura.pt/images/destaques/Livro_WEB_Rega_Culturas.pdf)

Este documento dá indicação dos Coeficientes Culturais (Kc) a utilizar nos cálculos das necessidades de água para Rega para diferentes culturas do Algarve. Curiosamente, o documento possui um capítulo especialmente dedicado à rega de abacates no Algarve e não o faz para as restantes espécies para as quais são indicados apenas os Kc (amendoeiras, citrinos, coníferas, oliveiras, nojeiras, alface, couves, tomateiros, pimenteiros, meloeiros e feijoeiros). No nº 2 deste documento (página 6) constam os Kc que o promotor usa, sem questionar, na tabela 1 do seu Plano Hídrico (pag. 6):

TABELA 1. COEFICIENTE CULTURAL, Kc, DO ABACATEIRO

Fase desenvolvimento		
inicial	intermédio	final
0.6	0.85	0.75

Fonte: Rosa (2019)

Resulta do uso destes valores no Plano Hídrico que a **água disponível é manifestamente insuficiente para a exploração proposta** como se pode ver dos excertos dos quadros 1 a 3 apresentados nas páginas 7 e 8 do plano hídrico, chegando os valores das necessidades anuais calculadas a ultrapassar o dobro do valor de captação permitido no TURH (558.07 dam³).

Necessidades de água (dam ³)								
Ano médio (1.a)	Ano médio RCP4.5 (1.b)	Ano médio RCP8.5 (1.c)	Ano seco (RCP4.5) (2.a)	Ano seco (RCP8.5) (2.b)	Ano muito seco (RCP4.5) (3.a)	Ano muito seco (RCP8.5) (3.b)	Ano extremamente seco (RCP4.5) (4.a)	Ano extremamente seco (RCP8.5) (4.b)

Fase1

Total ano	615.27	658.26	662.09	824.78	828.84	894.92	892.09	950.42	944.95
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase 2

Total ano	960.02	1008.56	1022.52	1234.89	1237.55	1306.17	1303.34	1306.17	1303.34
-----------	--------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Fase 3

Total ano	822.12	658.26	877.22	1070.39	1073.05	1141.67	1138.84	1141.67	1138.84
-----------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Para atenuar estes dados, graves, o promotor opta por fazer uma consideração no estudo, página 9, afirmando que “a experiência da Frutineves, Lda. em outros pomares de abacates na região algarvia, igualmente regados, permitiu verificar que o volume máximo de água a fornecer a cada árvore é de 60 l/dia. Considerando que numa área de 125 ha² existem 50500 árvores, o volume máximo a fornecer pela rega é de 3.03 dam³/dia, 90.9 dam³/mês.”. Este empirismo é aceite pela DRAP- Algarve que informa, na correspondência trocada entre as entidades que:

“c) Consideramos aceitável a informação da pág. 8 do documento relativa aos dados obtidos com base na experiência da Frutineves: Valor para a rega de abacateiros adultos - 60 l/dia”.

Aparecem então os valores corrigidos aos 60 l/planta/dia que totalizam 90.9 dam³/mês:

Necessidades de água (dam ³)								
Ano médio (1.a)	Ano médio RCP4.5 (1.b)	Ano médio RCP8.5 (1.c)	Ano seco (RCP4.5) (2.a)	Ano seco (RCP8.5) (2.b)	Ano muito seco (RCP4.5) (3.a)	Ano muito seco (RCP8.5) (3.b)	Ano extremamente seco (RCP4.5) (4.a)	Ano extremamente seco (RCP8.5) (4.b)

Fase1

Total ano	497.01	539.03	536.24	679.11	679.96	744.76	739.99	798.32	792.85
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase 2

Total ano	608.87	646.21	658.26	821.37	817.52	883.42	875.55	927.40	925.01
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase 3

Total ano	572.07	539.03	614.06	771.87	768.02	834.69	826.05	882.73	875.51
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Os valores e consumo continuam a estar acima das disponibilidades.

² No EIA são referidos 128 ha e não 125 ha.

Então, é exarado novo documento, que vem da seguinte descrição no ofício da DRAP-Algarve: “Após leitura e análise ao documento que nos foi apresentado temos a referir o seguinte:

a) 3 Necessidades de água para rega

Na tabela 1. Coeficiente cultural, Kc, do abacateiro – Os dados foram citados, não propostos, por Rosa (2019) tendo por base a publicação FAO (ESTUDIO FAO RIEGO Y DREANAJE Nº 56); No documento citado “Rosa (2019)” os coeficientes culturais (Kc), propostos para estimar a rega dos abacateiros ao longo do ciclo cultural anual (Quadro 3 –Abacateiros), são os seguintes:

Jan. Fev. Mar. Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez

0,46 0,51 0,54 0,49 0,54 0,61 0,64 0,62 0,59 0,58 0,54 0,51

Na fase inicial (pomar jovem sombreando <20% da área coberta) reduzir os Kc em 35% a 50 %;

Na fase intermédia (pomar sombreando 20 - 50% da área coberta) reduzir os Kc em 20 a 10 %;

Na fase de pomar adulto (pomar sombreando >60% da área coberta) reduzir os Kc em 5 a 0 %;”.

De facto, é o que consta no documento (Rosa, 2019) no quadro 3 da página 11. São reduzidos os consumos de acordo e passamos a ter, agora na adenda ao Plano Hídrico:

Necessidades de água (dam ³)								
Ano médio (1.a)	Ano médio RCP4.5 (1.b)	Ano médio RCP8.5 (1.c)	Ano seco (RCP4.5) (2.a)	Ano seco (RCP8.5) (2.b)	Ano muito seco (RCP4.5) (3.a)	Ano muito seco (RCP8.5) (3.b)	Ano extremamente seco (RCP4.5) (4.a)	Ano extremamente seco (RCP8.5) (4.b)

Fase1

Total ano	348.02	370.97	372.31	473.58	472.92	519.64	518.15	575.14	569.67
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase2

Total ano	519.50	556.51	560.34	692.81	696.87	754.92	752.09	810.42	804.95
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase3

Total ano	594.15	637.14	640.97	784.02	788.08	849.03	846.20	904.53	899.06
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ajustando, de novo, ao empirismo, obtêm-se então aquelas que são as estimativas finais a considerar para efeitos deste AIA de consumos estimados de água para rega:

Necessidades de água (dam ³)								
Ano médio (1.a)	Ano médio RCP4.5 (1.b)	Ano médio RCP8.5 (1.c)	Ano seco (RCP4.5) (2.a)	Ano seco (RCP8.5) (2.b)	Ano muito seco (RCP4.5) (3.a)	Ano muito seco (RCP8.5) (3.b)	Ano extremamente seco (RCP4.5) (4.a)	Ano extremamente seco (RCP8.5) (4.b)

Fase1

Total ano	339.43	363.32	363.64	463.81	463.15	509.87	508.38	565.37	559.90
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase2

Total ano	426.93	464.89	467.32	589.20	593.26	651.31	648.02	706.35	700.87
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fase3

Total ano	459.77	503.71	506.13	633.51	634.36	694.93	690.16	748.49	743.02
-----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Considerando estes valores, **verifica-se que o volume disponível para rega é praticamente sempre insuficiente (raramente está no limiar do permitido) para a cultura proposta**. Apesar de os gráficos 1 a 4 do documento “Adenda ao Plano Hídrico”, sem páginas, tentarem evidenciar outra realidade, **requer-se a anulação dos mesmos por indicarem escala indevida (m³/ano)**.

A descida nas estimativas de consumo de água para rega entre os 3 documentos é inverosímil e atesta o pouco rigor técnico que sobrevoa este EIA. Em relação à cultura de abacates, especificamente no Algarve, é importante mencionar ainda **o estudo que orientou tecnicamente todas as culturas até 2019, indicava valores de Kc muito mais altos dos que os agora recomendados**, o que fez com que as previsões de consumos de água de rega sempre tenham sido mais altas dos que as aqui indicadas.³ Isto é, o novo estudo, tecnicamente questionável, com um décimo das páginas do anterior, veio ajudar a aliviar a pressão que é feita à contestação pública sobre a propagação destas culturas no Algarve pela conhecida pegada hídrica associadas a todas as espécies tropicais.

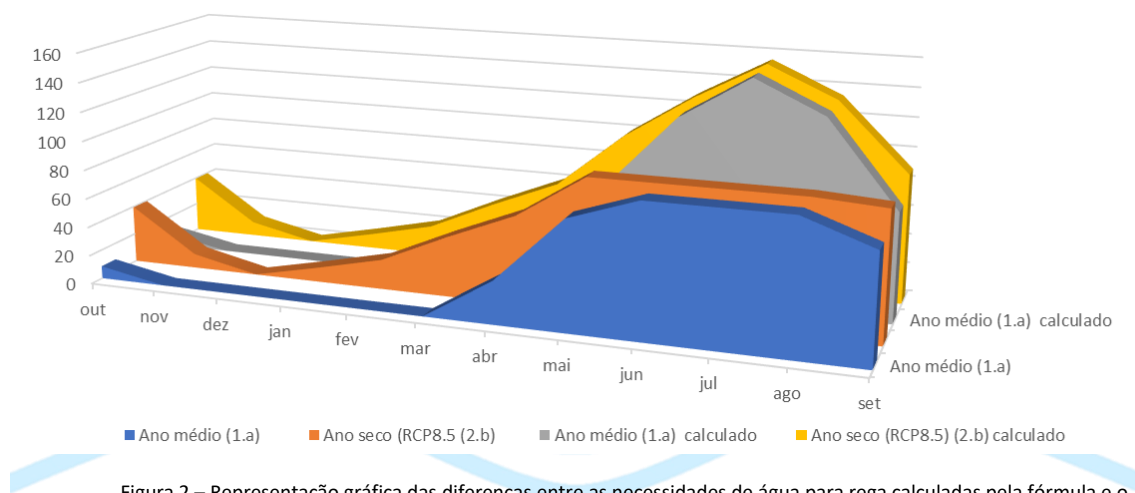


Figura 2 – Representação gráfica das diferenças entre as necessidades de água para rega calculadas pela fórmula e o arredondamento proposto pela Frutineves

E se a experiência é um dado digno de ser considerado, como faz a DRAP-Algarve, devemos então citar Pedro Mogo, o primeiro produtor de abacate do Algarve, em entrevista à revista Vida Rural em 1 de outubro de 2019, que “salienta que a gestão da água é também muito importante porque “o abacate precisa de água todos os dias, principalmente nas alturas críticas. Os citrinos aguentam vários dias sem água, mas o abacate não, tem muita necessidade de água todos os dias, como se fosse hidroponia”. E adianta: “Para se conseguirem produções altas, de 15 toneladas por hectare em média, pelo menos, **a cultura precisa de 600 a 700 litros de água por quilo**”.

³ Designado “Produção Integrada da Cultura de Abacateiro” publicado pela antiga DGADR Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de abril de 2010, que pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.dgadr.gov.pt/mediateca/send/8-protacao-e-producao-integradas/59-producao-integrada-da-cultura-do-abacateiro>, indica, no seu “ANEXO III – Coeficientes culturais (Kc) e estimativa das dotações de rega para o abacateiro” que para os pomares da região do Algarve com sistemas de rega gota-a-gota, com um compasso de referência de 5.5m x 6m, podem-se estimar as dotações de rega mensais que constam no quadro. O compasso proposto neste projeto é inferior, logo tem mais plantas por hectare, precisa de mais água.

Agrava que, de novo, a utilização de uma previsão de precipitação otimista (pag. 5 do documento Plano Hídrico), que não tem em conta a redução deste parâmetro nos últimos anos, envia os resultados já que todos os cálculos são influenciados por este valor fazendo com que as necessidades de rega calculadas possam ser inferiores às efetivamente necessárias.

3. Balanço entre Disponibilidades e Necessidades de Água

No Plano Hídrico do EIA apresentado inicialmente pelo promotor do projeto (quadro 8 abaixo) verifica-se que em qualquer um dos cenários apresentados a água para a rega do pomar a instalar não é suficiente para manter as fases intermédias (4º ano – 2023) e finais do projeto. Efetivamente, só em 3 dos 9 cenários propostos está assegurada a água necessária à rega do pomar e só na fase inicial do projeto (até finais do 3º ano).

QUADRO 8. BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADE E NECESSIDADES EFETIVAS DE ÁGUA NA ÁREA DO PROJETO AGRÍCOLA APRESENTADO NO PLANO HÍDRICO		Balanço por estágio de desenvolvimento do pomar [Disponibilidade de água subterrânea – necessidade de água para rega] (dam3/ano)	
Ano	Fase Inicial	Fase intermédia	Fase final
Ano médio (1.a)	61.06	-50.80	-14.00
Ano médio RCP4.5 (1.b)	19.04	-88.14	-46.02
Ano médio RCP8.5 (1.c)	21.83	-100.19	-55.99
Ano seco RCP4.5 (2.a)	-121.04	-263.30	-213.80
Ano seco RCP8.5 (2.b)	-121.89	-259.45	-209.95
Ano muito seco RCP4.5 (3.a)	-186.69	-325.35	-276.62
Ano muito seco RCP8.5 (3.b)	-181.92	-317.48	-267.98
Ano extremamente seco RCP4.5 (4.a)	-240.25	-369.33	-324.66
Ano extremamente seco RCP8.5 (4.b)	-234.78	-366.94	-317.44

O promotor, respondendo a uma solicitação da Direção Regional de Agricultura do Algarve, vem agora corrigir os cálculos iniciais no quadro 7^o:

QUADRO 7. BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADE E NECESSIDADES EFETIVAS DE ÁGUA NA ÁREA DO PROJETO AGRÍCOLA		Balanço por estágio de desenvolvimento do pomar [Disponibilidade de água subterrânea – necessidade de água para rega] (dam3/ano)	
Ano	Fase Inicial (até ao 3º ano)	Fase intermédia (4º ao 7º ano)	Fase final (a partir do 8º ano)
Ano médio (1.a)	218.64	131.14	98.30
Ano médio RCP4.5 (1.b)	194.75	93.18	54.36
Ano médio RCP8.5 (1.c)	194.43	90.75	51.94
Ano seco RCP4.5 (2.a)	94.27	-31.13	-75.44
Ano seco RCP8.5 (2.b)	94.92	-35.19	-76.28
Ano muito seco RCP4.5 (3.a)	48.20	-93.24	-136.86
Ano muito seco RCP8.5 (3.b)	49.69	-89.95	-132.09
Ano extremamente seco RCP4.5 (4.a)	-7.30	-148.28	-190.42
Ano extremamente seco RCP8.5 (4.b)	-1.83	-142.80	-184.95

Pode verificar-se, de novo, um *déficit* de dotações de água para rega em vários cenários, comprometendo a viabilidade da plantação a partir do 4º ano ou mesmo na fase inicial nos cenários mais extremos. Esta constatação é agravada pelo facto de ter sido considerado o período de 1903 a 2006 para calcular as disponibilidades de água do Ano Médio, quando há dados mais atuais que poderiam ter sido utilizados, tornando a análise mais realista e,

obviamente, mais gravosa. É igualmente importante perceber que **todos os cálculos são artificializados pela introdução de um valor limite máximo de consumo** de 90.9 dam³ para qualquer fase. Isto é, quando o resultado da aplicação da fórmula de cálculo, que considera a evapotranspiração de referência e cultural, o coeficiente cultural e a pluviosidade é superior a 90.9 dam³ o estudo ignora qualquer resultado e transforma-o nesse limite. Em alguns casos esta artificialização atinge uma redução de 40% no resultado obtido.⁴

Esta limitação da disponibilidade de água para rega deveria, por si só, ser suficiente para inviabilizar o projeto da Frutineves, Lda. e está sistematizada na penúltima frase do Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do projeto:

“Contudo, em situação de seca ou escassez de água na região (eventos que são cada vez mais frequentes), a disponibilidade de água poderá representar um problema”.

No entanto, a frase peca por modéstia: a baixa disponibilidade de água atualmente não é uma hipótese, mas uma certeza. Efetivamente, de acordo com dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, a situação das albufeiras do Barlavento Algarvio era, em novembro de 2020, verdadeiramente preocupante, com a albufeira do Arade com um volume de armazenamento de 49,1% e a do Barlavento com um escasso armazenamento de 14%. De acordo com informações prestadas à Plataforma Água Sustentável pela APA / ex- ARH Algarve não há dados sobre a quantidade de água que é retirada dos aquíferos subterrâneos como o de Almádena – Odiáxere que fornece a água aos 2 furos que são utilizados no projeto. O cenário geral é de escassez de água disponível e de desconhecimento sobre a água que se consome. O cenário específico do projeto da Frutineves, Lda. é: as licenças de captação de águas subterrâneas não provêm água suficiente para a cultura em apreço pelo que, muito provavelmente, se verificará uma sobre exploração do recurso.

4. Outras Origens de Abastecimento de Água para Rega

Fica claro quer do estudo (águas superficiais) quer da informação prestada pela Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor (ARBA)⁵, aplicável a outras origens idênticas, que não existem águas superficiais disponíveis para servir a exploração. Quanto à possibilidade de reutilização de águas residuais provenientes das ETAR das proximidades é reconhecida como uma possibilidade, mas nada é indicado no estudo à cerca de consulta à entidade detentora da exploração das infraestruturas, planos de ação, custos, etc. pelo que, à luz do estudo, **não existem origens de água para rega alternativas** aos furos licenciados.

⁴ Vide “Adenda ao Plano Hídrico”, Quadro 3 (cenário ano médio) mês de julho = 153.78 dam³ que é transformado no Quadro 6 no limite artificializado de 90.9 dam³.

⁵ in Adenda ao Plano Hídrico, ponto 4. (documento não paginado).

5. Outras Insuficiências e Incorreções do EIA relativamente ao descritor “Recursos Hídricos”

- a) Face à significativa alteração dos pressupostos no descritor recursos hídricos, nomeadamente em relação às questões quantitativas (com consequências nas qualitativas) não é apresentada nova matriz de impactes para o descritor Recursos Hídricos após o envio da adenda à adenda ao EIA designada por “Plano Hídrico”; Mesmo assim, convém realçar que a matriz de impactes não transparece os comentários vertidos no EIA, ou a ausência deles, e é particularmente benevolente quanto à probabilidade de ocorrência ou reversibilidade dos impactes;
- b) É indicado no nº 3 do EIA (página 13) que “todos os pomares da Frutineves são explorados em modo de produção integrada”. No mesmo documento, no “12.4 Recursos Hídricos e Qualidade da Água” (pag. 195) em “12.4.1 Avaliação de Impactes” é dito que com o objetivo de reduzir o risco de degradação da qualidade da água superficial e subterrânea durante a fase de exploração do projeto, recomenda-se a promoção das seguintes medidas: ... – Avaliação da possibilidade de alterar a produção para um sistema de produção integrada e orgânica; (pag 196). Adiante, na página 200 repete-se em “12.4.2 Medidas de Minimização” – Avaliação da possibilidade de alterar a produção para um sistema de produção integrada e orgânica”. Não é claro se a produção é integrada ou não o que é fundamental para uma correta avaliação dos impactes gerados pela exploração nomeadamente no que diz respeito à contaminação dos aquíferos por fertilizantes e pesticidas.
- c) Em relação ao impactes cumulativos considera-se que estes não são devidamente considerados e analisados sabendo-se que existem outras explorações agrícolas nas imediações que não são consideradas no estudo, por exemplo; particularmente em relação aos recursos hídricos não são apresentados dados concretos das captações do aquífero a explorar, licenciadas ou não, informação que poderia ter sido disponibilizada pela APA – ARH Algarve; a importância deste fator é revelada no próprio EIA em “12.17.3 Recursos Hídricos e Qualidade da Água” (pag. 227) onde se diz que “os impactes cumulativos, de natureza negativa, dizem respeito à qualidade da água, superficial e subterrânea, devido, principalmente aos tratamentos fitossanitários associados à manutenção do relvado e dos espaços verdes do campo de golfe, e aos consumos de água a partir do sistema aquífero.”;
- d) A Insuficiente descrição da tecnologia de cultivo e rega, não permite avaliar corretamente quer os impactes da exploração quer a pertinência ou acréscimo à necessidade das medidas de minimização de impactes apresentadas; seria necessário esclarecer quanto à instalação de equipamentos como válvulas anti-retorno (para evitar que a fertirrigação contamine os aquíferos adicionalmente por esta via), medidores de caudal, etc. Ainda, considerando a hesitação no estudo quanto ao tipo de exploração, integrada ou não integrada, convém salientar que nada é dito quanto ao índice de qualificação fisiográfica da parcela (IQFP) que é o indicador que traduz a relação entre a morfologia da parcela e o seu risco de erosão, não ficando claro se a plantação segue as curvas de nível ou não (em causa questões de drenagem); por fim, **o compasso de plantação é menor que o aconselhado na maioria da bibliografia disponível, pelo que estaremos perante uma monocultura superintensiva.** As medidas de minimização de impactes são pois, manifestamente insuficientes.

- e) Não são apresentadas contrapartidas ambientais.
- f) A transferência de responsabilidades ao promotor por via da implementação de medidas de monitorização (incluindo a de caudais, como é sugerido) de proteção ou minimização de impactes não é recomendável pelas suspeitas sobre a idoneidade do promotor ao terem sido já registadas violações legais diversas, incluindo confessa destruição de património.

Face ao acima descrito e sendo a agricultura a maior consumidora de água do Algarve (pelo menos 60% dos consumos totais, ao quais acrescem consumos que não se conseguem contabilizar), consideramos inaceitável a autorização para a instalação, durante mais de 50 anos, de 128 ha de abacateiros (espécie alóctone oriunda de climas tropicais com muitas necessidades de água) que consumirão diariamente mais de 3 milhões de litros de água, numa altura em que a Região se debate com problemas de escassez de água que se agravarão futuramente em consequência das alterações climáticas.

Manifestamos, pois, a nossa **completa discordância** à implementação do Projeto Agrícola Frutineves Lda.

ⁱ Aditamento Novembro de 2020 – Adenda ao Plano Hídrico

ⁱⁱ Idem nota anterior



ANEXO I - EXCERTO DE TABELA DE PRECIPITAÇÃO DO SNIRH PARA A ESTAÇÃO METEOROLÓGICA LAGOS – 31E/01UC

SNIRH - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Relatório do parâmetro Precipitação mensal (mm) em LAGOS (31E/01UC)

Ano Hid.	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	N. Val.	Min.	Máx.
1901/02	*66*	*66*	*66*	3.2	163.6	0.8	89.0	0.0	2.2	11.4	4.8	0.0	9	-	-
1926/27	0.0	69.2	8.8	87.2	73.3	17.7	8.3	14.5	6.5	0.0	*76*	*76*	10	-	-
1927/28	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	0	-	-
1928/29	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	2.8	0.0	0.0	29.0	4	-	-
1929/30	29.6	97.6	48.0	96.0	82.0	52.0	88.0	18.0	16.0	5.0	0.0	0.0	12	0.0	97.6
1952/53	79.1	35.2	63.1	60.7	43.8	93.0	62.1	4.4	0.6	*76*	*76*	*76*	9	-	-
1953/54	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	0	-	-
1954/55	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	*76*	0	-	-
1955/56	*76*	*76*	*76*	173.4	54.2	140.1	51.0	6.9	0.0	0.0	0.0	55.0	9	-	-
1956/57	67.7	34.2	28.3	21.9	51.7	71.1	62.9	32.5	9.5	6.9	0.0	3.1	12	0.0	71.1
1957/58	64.4	80.9	63.0	130.8	32.6	81.9	39.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	12	0.0	130.8
2000/01	19.4	62.2	183.2	84.4	63.5	99.5	0.0	24.0	0.0	0.0	0.0	46.6	12	0.0	183.2
2001/02	81.5	114.1	203.8	45.1	12.1	122.0	57.1	8.6	2.0	0.0	0.0	100.6	12	0.0	203.8
2002/03	50.0	114.2	88.3	57.9	57.4	45.8	69.4	4.3	1.0	0.0	1.0	3.0	12	0.0	114.2
2003/04	158.3	130.1	80.6	13.0	54.3	31.0	11.0	14.9	0.0	0.0	10.7	2.2	12	0.0	158.3
2004/05	61.8	48.0	43.7	2.6	10.7	33.8	3.3	9.6	0.1	0.4	0.6	3.0	12	0.1	61.8
2005/06	117.8	136.9	42.0	49.8	59.2	56.9	29.1	0.8	21.3	2.8	32.2	24.2	12	0.8	136.9
2006/07	130.5	*13*	*13*	15.4	39.8	13.8	18.5	17.5	11.3	0.4	0.1	21.1	10	-	-
2007/08	35.7	63.7	97.9	57.5	67.4	24.8	81.4	44.6	0.6	*78*	*78*	*78*	9	-	-
2008/09	*9*	*9*	*9*	*9*	*9*	*9*	31.9	*78*	*78*	*78*	*78*	*78*	1	-	-
2009/10	0.2	0.0	*9*	0.0	91.8	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
2010/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2011/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2012/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2013/14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2014/15	-	-	-	-	57.3	-	-	1.2	2.3	0.9	0.0	5.9	6	-	-
2015/16	83.6	76.9	31.9	46.6	43.1	20.7	63.4	60.2	2.5	-	-	-	9	-	-
2016/17	-	-	-	-	-	85.8	7.5	26.1	3.8	0.0	-	-	5	-	-
2017/18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2018/19	-	-	-	-	-	-	-	1.1	0.8	0.2	0.2	2.1	5	-	-
2019/20	14.3	32.9	102.5	23.4	5.1	47.3	-	-	-	-	-	-	6	-	-
N. Valores	104	103	102	106	107	106	106	107	108	105	103	103			
Min.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	
Máx.	253.5	371.0	422.2	305.5	266.7	215.2	163.0	128.1	70.5	35.4	68.8	100.6			422.2
Média	57.4	82.5	90.3	73.3	63.4	60.4	39.6	25.7	7.3	1.2	2.0	16.2			

66 : Período não monitorizado

76 : Registo ausentes do INAG e das Regionais

13 : Bateria descarregada

78 : Memória do datalogger cheia

9 : Dados irrecuperáveis